
Orçamento Cidadão 2025

Distrito de MOMA

FICHA TÉCNICA

©2025 Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)

Todos os direitos reservados.

É autorizada a reprodução deste relatório ou parte dele por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) desde que seja mencionada a fonte. É proibida a utilização das imagens separadamente do texto sem o consentimento escrito do CESC, abrangendo esta proibição a fotografia, a ilustração e o design gráfico.

Título: Orçamento Cidadão: Distrito de Moma, Província de Nampula – Moçambique

Elaboração: Integrity and Trust Academy, Lda.

Financiamento: Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, no âmbito do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos

Ano: 2025

"Este documento foi elaborado pela IntTrust Academy no âmbito do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, através do apoio ao consórcio composto pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Fundação MASC e Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD). Os conteúdos desta publicação são da responsabilidade exclusiva do CESC e dos seus parceiros do consórcio e não poderão, de forma alguma, ser considerados como expressão das posições ou opiniões do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia ou do Governo da República de Moçambique."

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CA	Campos Agrícolas
CCD	Conselho Consultivo do Distrito
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDR	Campos de Demonstração de Resultados
CFMP	Cenário Fiscal Médio Prazo
CPN	Consultas Pré-Natal
DN1	Docente do Nível 1
DN3	Docente do Nível 3
DN4	Docente do Nível 4
EG	Ensino Geral
ENDE	Estratégias Nacional de Desenvolvimento
EP1	Escola Primária do Primeiro Grau
EP2	Escola Primária do Segundo Grau
ESG	Escola Secundária Geral
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
MIF	Mulher em Idade Fértil
n/a	Não aplicável
NPK	Nitrogénio, Fósforo Potássio
PA	Pequeno Agricultor
PACEs	Pequenos Agricultores Comercial Emergente
PESOD	Plano Económico Social do Distrito
PITTA	- Programa Integrado de Transferência de Tecnologias Agrárias
POCA	- Plano Operacional de Comercialização Agrícola

PQG Plano Quinquenal do Governo

PSAA Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água

SD Secretaria Distrital

SDAE Serviço Distrital das Actividades Económicas

SDEJT Serviço Distrital de Educação Juventude Tecnologia

SDPI Serviço Distrital de Planeamento e Infra-Estruturas

SDSMAS Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

SIDA Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

TARV Tratamento Anti-Retroviral

TB Tuberculose

TICs - Tecnologia de Informação e Comunicação

Ton Toneladas

ZIP Zona de influência Pedagógica

Sumário

1	INTRODUÇÃO	6
2	CICLO DE PLANIFICAÇÃO: NÍVEIS SECTORIAL E TERRITORIAL	7
2.1	Participação das OCBs e OSCs.....	9
3	PRIORIDADES DO DISTRITO DE NIPEPE PARA 2025 – ACÇÕES E VALORES ALOCADOS	9
3.1	Sector de Educação.....	11
3.2	Sector da Saúde	14
3.3	Sector de Água e Saneamento	18
	Gráfico 4: Distribuição Orçamental por Actividades:	18
4	ACÇÕES APROVADAS NO PESOD QUE NÃO FORAM FINANCIADAS	20
5	Monitoria do Orçamento	21
5.1	Papel dos Cidadãos e Organizações na Monitoria.....	22
5.2	Como fazer a monitoria do Orçamento?	22
5.3	Relevancia de Cada Passo.....	23
6	CONCLUSÃO	24

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Cidadão do Distrito de Moma 2025 tem como objectivo fornecer uma visão clara e acessível do Orçamento do Estado no distrito de Moma, com foco particular sobre as receitas, os investimentos planeados e financiados pelo Orçamento do Estado e recursos externos nos sectores de Educação, Saúde e Água e Saneamento para o distrito de Moma, localizado na província de Nampula. Este documento foi elaborado com a finalidade de informar os cidadãos, as Organizações Comunitárias de Base (OCBs) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre o processo de planeamento orçamental e a sua implementação em cada sector e ao nível distrital, assegurando que as decisões financeiras sejam tomadas de maneira participativa e que beneficiem todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis.

O Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) é um instrumento de materialização dos objectivos da política económica e social que visa tornar operacionais as estratégias de gestão das acções do governo do distrito. Este instrumento identifica a previsão das receitas a arrecadar, as acções e os recursos necessários para a implementação, numa perspectiva de garantir o bem-estar da população, promover a igualdade e equidade de género no que se refere às oportunidades no processo de desenvolvimento, que se assumem como compromissos nacionais e internacionais para a redução da pobreza, num horizonte temporal de um ano.

O PESOD é relevante para a sociedade pois está baseado nos principais objectivos económicos, sociais e culturais conforme as necessidades e desejos da população, levantados nos encontros de participação democrática e comunitária junto da sociedade civil e representantes de organizações não governamentais e governamentais do distrito, para a prossecução de acções conducentes ao bem-estar.

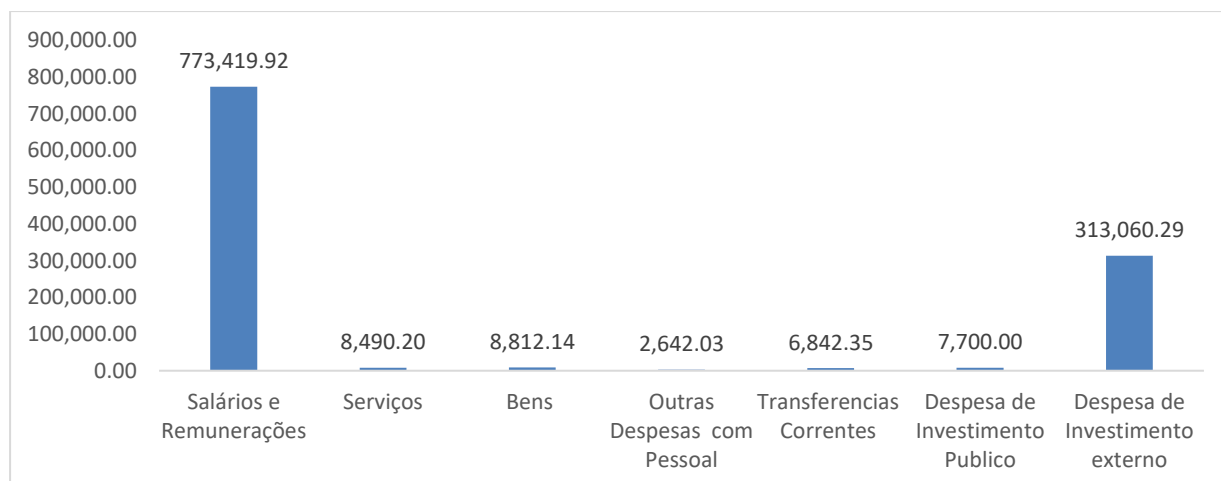
As actividades dos sectores descritas no PESOD são financiadas com recurso às receitas públicas e recursos externos. As receitas públicas representam os recursos monetários ou em espécie, seja qual for a sua fonte ou natureza, postos à disposição do Estado, com ressalva daqueles em que o Estado seja mero depositário. Os recursos externos (donativos e créditos externos) só serão inscritos na proposta de PESOD mediante a apresentação de comprovativo do acordo de financiamento, confirmação da data e das condições de efectividade.

Para o exercício económico de 2025, o PESOD do Distrito de Moma apresenta um conjunto de acções destinadas à criação do bem-estar comum. Estas acções são desenvolvidas mediante a auscultação das diversas forças vivas da sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs), e fóruns de participação democrática e comunitária. As iniciativas visam garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e eficaz para atender às necessidades da comunidade.

A actuação dos Conselhos Consultivos reforça a governação participativa, promove a transparência, a responsabilização pública e a apropriação local do desenvolvimento. Eles são peças-chave para garantir que o ciclo orçamental seja inclusivo, responsivo às necessidades reais e orientado para resultados sustentáveis.

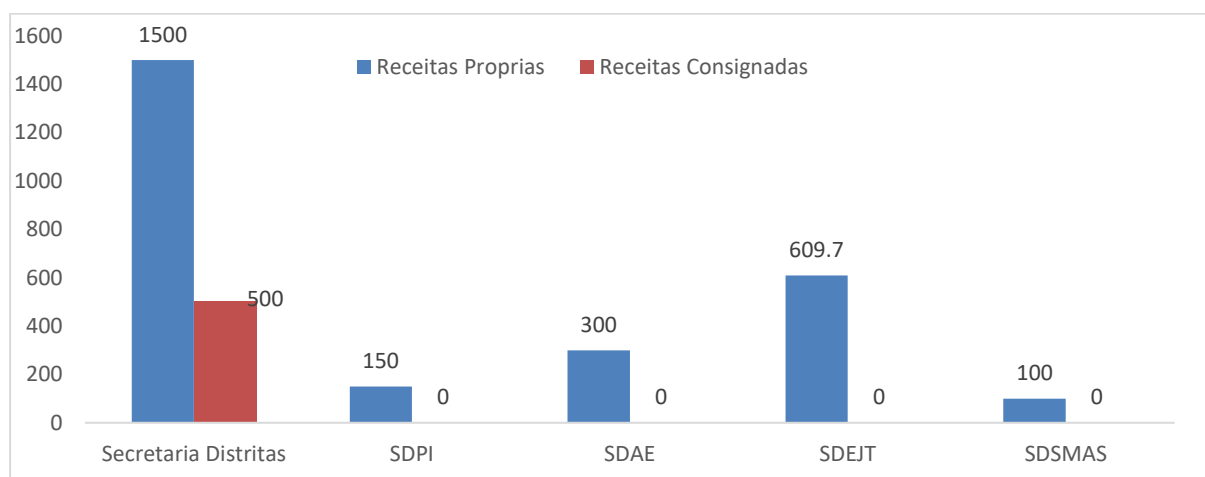
Para a implementação das actividades, o Distrito contará com um orçamento total no montante de 1.120.966.930,00 MT (um bilião, cento e vinte milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta meticaís) em despesas para o ano de 2025, sendo que 69% desse montante financia salários e remunerações como apresentados no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 Componentes da Despesa da Total do Distrito de Moma



O Governo do distrito de Moma perspectiva uma receita própria de 2.659.700,00 MT (dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil e setecentos meticaís) e uma receita consignada de 500.000,00 MT (quinhentos mil meticaís), perfazendo a arrecadação da receita num total de 3.159.700,00 MT (três milhões, cento e cinquenta e nove mil e setecentos meticaís), respectivamente, como apresentados no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Componentes da Receita Publica Total do Distrito de Moma



Este orçamento visa a realização de projectos essenciais que contribuam para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos residentes do Distrito de Moma.

2 CICLO DE PLANIFICAÇÃO: NÍVEIS SECTORIAL E TERRITORIAL

O PESOD é aprovado pela respectiva assembleia distrital e é parte integrante da proposta

do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado e deve ser submetido ao Governo até 1 de agosto do ano anterior, e este obedece um ciclo de planificação e orçamentação

O ciclo de planificação é uma metodologia sistemática e contínua utilizada para orientar a organização e a execução de actividades, garantindo que as acções sejam bem planeadas, implementadas, monitoradas e ajustadas, além de assegurar que os recursos necessários sejam alocados conforme necessário. Actualmente, existem duas abordagens principais para a planificação: a sectorial (vertical) e a territorial (horizontal). O processo de planificação é coordenado tanto de forma sectorial quanto territorial, resultando na integração global dos planos e orçamentos nos níveis distrital (pela Secretaria Distrital), provincial (Direcções Provinciais de Economia e Finanças - DPEFs) e nacional (Ministério da Economia e Finanças - MEF), conforme ilustrado na figura abaixo.



Sequência do Processo de Planificação

Fevereiro: *Elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)*

Actores envolvidos: Serviços Provinciais de Economia e Finanças (SPEF), responsáveis das áreas de planificação e finanças da secretaria e dos serviços distritais.

- Actividades:

Seminário realizado pelo SPEF para orientação metodológica.

- Previsão de receitas e despesas pelos serviços distritais e pela secretaria distrital, incluindo investimentos do distrito.
- Resultado: Documento técnico globalizado pelo Conselho Técnico do Distrito (CTD) e encaminhado ao Governo Distrital para aprovação e envio ao SPEF.

Março: *Análise de Políticas e Indicadores (Apreciação Técnica e Aprovação)*

Actores envolvidos: Serviços distritais, níveis provincial e central.

- Actividades:
 - Análise das políticas, indicadores e orientações setoriais.
 - Consulta ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito (PEDD) para identificação das prioridades do ano.
 - Primeira sessão do Conselho Consultivo Distrital (CCD) para apreciação do plano actual e propostas para o ano seguinte, precedida por sessões dos Conselhos Consultivos Local e de Posto Administrativo.

Março a Abril: Consulta às Comunidades Locais

Actores envolvidos: CTD, parceiros de governação, conselhos locais.

Actividades:

- Deslocamento aos conselhos locais para auscultação de preocupações e propostas de solução.
- Criação de uma matriz hierarquizada de problemas por localização e setor responsável, sintetizada e submetida à apreciação dos membros do governo.
- Resultado: Informações consideradas na elaboração dos PESODs.

Maio: Elaboração do PESOD e Inscrição no e-SISTAFE

Actores envolvidos: Serviços distritais, CTD.

- Actividades:
 - Elaboração de um plano concertado internamente, baseado nos limites orçamentais do ano em curso, prioridades comunitárias e instrumentos orientadores.
 - Proposta do PESOD com visão territorial pelo CTD.
 - Inscrição do PESOD no e-SISTAFE pelos técnicos distritais capacitados para consolidação dos planos provinciais.

2.1 Participação das OCBs e OSCs

Os meses de março a abril são críticos para que as OCBs OSCs influenciem a inscrição de prioridades no PESOD. Durante esse período, estas organizações devem intervir diante de cada sector a nível do distrito para garantir que suas necessidades e propostas sejam consideradas no planeamento.

Este processo detalhado de planificação assegura que as decisões sejam tomadas de forma informada e participativa, reflectindo as necessidades reais da comunidade. A coordenação entre os diferentes níveis de governo e a inclusão activa das OCBs e OSCs promovem a transparência e a eficácia na aplicação dos recursos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população do Distrito de Moma.

3 PRIORIDADES DO DISTRITO DE NIPEPE PARA 2025 – ACÇÕES E VALORES ALOCADOS

A alocação de recursos nos diferentes sectores sociais tem por objectivo garantir a

continuidade da implementação da política económica e social, através da qual as acções tendentes à redução da pobreza rural e urbana são levadas a cabo, com investimentos que promovem um crescimento económico sustentável e inclusivo, a curto e médio prazo.

Análise Orçamental Comparativa

Para o ano de 2025, o orçamento global previsto para o Distrito de Moma é de 1.120.966.930,00 MT (um bilião, cento e vinte milhões, novecentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta meticais), dos quais 193.763.650,00 MT (cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta meticais) estão devidamente identificados pelas respectivas fontes de financiamento e distribuídos pelos pilares de actuação do Governo.

O distrito contou com um orçamento global de 846.993.560,00 MT (oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta meticais) no ano de 2024. Portanto, a proposta do orçamento global de 2025 revela um aumento no total das despesas em cerca de 32,36%, representando em termos absolutos um aumento no montante de 273.973.370,00 MT (duzentos e setenta e três milhões, novecentos e setenta e três mil, trezentos e setenta meticais) comparativamente ao ano de 2024.

Este crescimento revela o compromisso do Distrito com o desenvolvimento local e a implementação de projectos que visam melhorar a qualidade de vida da população local.

Fontes de Financiamento

O orçamento dos pilares de actuação do governo é financiado pelas seguintes fontes:

O respectivo valor, é financiado pelas diversas fontes, e o Orçamento do Estado contribui com a maior parcela do montante total aproximadamente **151.569,81** (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e sessenta e nove mil e oitocentos e dez meticais) representando cerca de **78.23%** do orçamento dos pilares de actuação, enquanto as fontes externas em cooperação com o estado (OE/Externo) juntos contribuem com **32.053,60** (trinta e dois milhões e cinquenta e três mil e seiscentos meticais) representando cerca de **16.54%** do orçamento dos pilares de actuação, como apresentados na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Orçamento Total do Distrito por Fonte de Financiamento

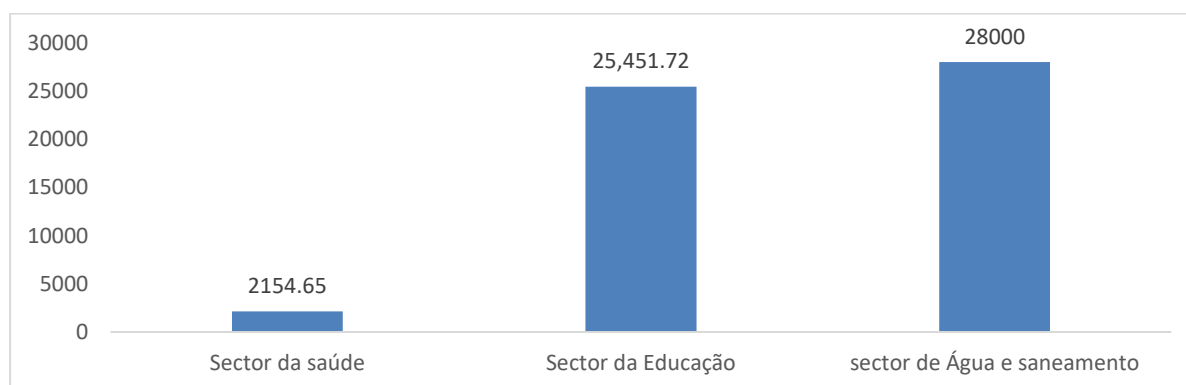
Fonte de Financiamento	Valor (1000 MT)	Percentagem
Orçamento do Estado (OE)	151.569,81	78,23%
OE/Externo	32.053,60	16,54%
Saber	4.480,34	2,31%
Fundo de Estrada	2.000,00	1,03%
Sustenta e outros parceiros	1.925,00	0,99%
FASE/OE	1.500,00	0,77%
ADPP-Malária	180,00	0,09%

IFPP	27,90	0,01%
TOTAL	193.736,65	100,00%

Prioridades Sectoriais

Os sectores prioritários (educação, saúde e água e saneamento) contam com um orçamento de 55.606.370,00 MT (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e seis mil, trezentos e setenta meticais), distribuídos da seguinte forma:, distribuídos como apresentados no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Orçamento total dos Sectores Prioritários (em 10³Mt)



Alinhamento com os Pilares do PQG

Os sectores de educação e saúde estão inseridos no Pilar II do PESOD de Moma, intitulado "Transformação Social e Demográfica". O objectivo estratégico do Pilar II consiste em "estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo o capital humano, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades", através do programa "População e Capital Humano", com o objectivo de "promover o desenvolvimento humano e económico por meio de um controlo populacional responsável e do investimento em capital humano".

3.1 Sector de Educação

O sector da educação representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e socioeconómico do distrito. As despesas alocadas nesta área abrangem a construção e reabilitação de infraestruturas escolares, aquisição de material didáctico, remuneração e capacitação contínua de professores, transporte escolar, bem como programas de alimentação e apoio psicossocial aos alunos. O investimento consistente e estratégico na educação contribui para a redução das desigualdades sociais, o aumento da taxa de escolarização e alfabetização, e o fortalecimento das competências individuais e colectivas.

Orçamento e Fontes de Financiamento

De acordo com o PESOD 2025, o sector da educação dispõe de um orçamento total de

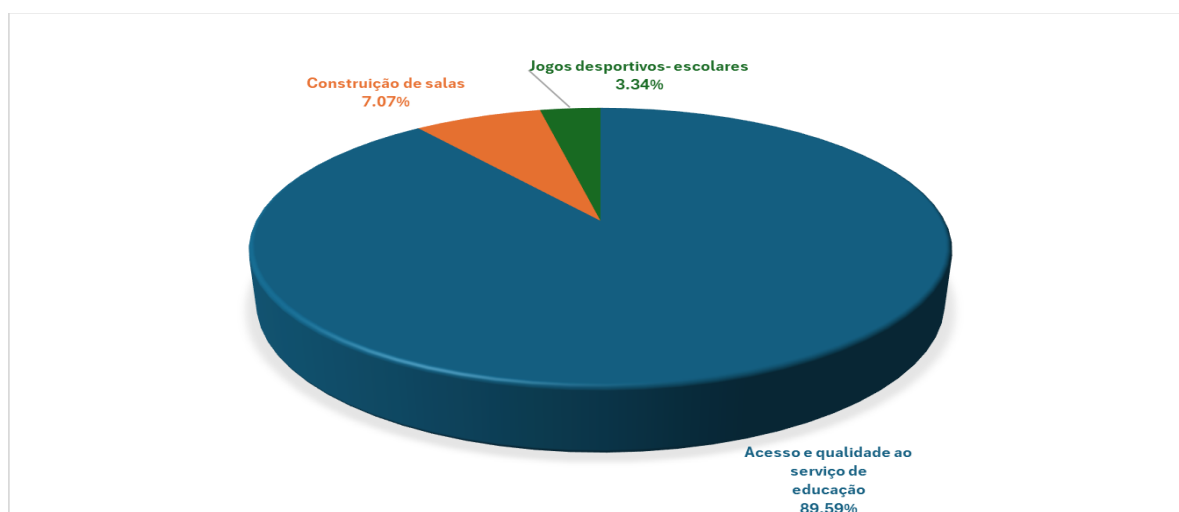
25.451.720,00 MT (vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte meticais) para financiar as suas acções ao longo do ano.

Tabela 2: Fonte de financiamento

Fonte	Valor (1000 MT)	Percentagem
Orçamento do Estado (OE)	17.551,67	68,96%
Saber	4.480,34	17,60%
OE e Parceiros	1.959,70	7,70%
FASE/OE	1.500,00	5,89%
TOTAL	25.451,72	100,00%

O total deste valor, financia as seguintes componentes do sector da educação representados no gráfico seguinte.

Gráfico 4: Componentes do Sector da Educação



A categoria acesso e qualidade ao serviço de educação compreende as acções descritas na tabela 2, respectivamente as acções de 1 até 11. As acções prioritárias previstas para a realização do objectivo do Pilar II, no sector da educação encontram-se resumidas na tabela 2, abaixo:

Tabela 3: Acções do Sector da Educação

PILAR II: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA							
Objectivo do Pilar (ii): Promover um desenvolvimento humano sustentável e equitativo, reconhecendo a população como um recurso fundamental para o crescimento económico e social.							
Programa Prioritário 2.1. - População e Capital Humano							
Acesso e qualidade ao serviço de educação							
Ord.	Acção Planificada	Período de execução				Orçamento em 10 ³	Fonte de Financiamento
		I	II	III	IV		
1	Realizar capacitações de professores do ensino primário e	x	x			3.460,32	Saber

	secundário geral						
2	Distribuir livros da Caixa Escolar	X				1.020,02	Saber
3	Distribuir carteiras escolares				X	80,00	OE e Parceiros
4	Actualização da carta Escolar		x			20,00	OE e Parceiros
5	Revitalização comités de gestão de riscos e desastres nas escolas.			x		59,70	OE e Parceiros
6	Realizar a Reunião Distrital de Planificação		x			120,00	OE
7	Realizar Supervisões Pedagógicas as escolas	x	x	x	X	1.500,00	FASE/OE
8	Monitorar a implementação do programa de AEJA		x	x	X	30,00	OE
9	Admitir novos professores de todos os níveis de ensino	x				20,50	OE
10	Contratar alfabetizadores	x				8.083,50	OE
11	Admitir novos auxiliares e Agentes de Serviço (Guardas)	X				8.407,68	OE
Total de Acesso Acesso e qualidade ao serviço de educação						22.801,72	
Construção de salas							
12	Construir Salas de aulas				X	1.800,00	OE e Parceiros
Total para a construção de salas						1.800,00	
Jogos desportivos escolares							
13	Organizar jogos desportivos escolares - Fase das escolas		x	x		850,00	OE
Total para jogos desportivos escolares						850,00	
Total						25.451,72	

Análise das Prioridades Orçamentais

Acesso e Qualidade (89,59% do orçamento):

- A maior alocação é para contratação de alfabetizadores (8.083.500 MT) e admissão

de auxiliares e guardas (8.407.680 MT), representando 64,8% do orçamento total do sector

- Capacitação de professores (3.460.320 MT) representa 13,6% do orçamento, demonstrando compromisso com a qualidade educacional
- Distribuição de livros (1.020.020 MT) e supervisão pedagógica (1.500.000 MT) complementam o foco na qualidade

Infraestrutura (7,07% do orçamento):

- Construção de salas de aula (1.800.000 MT) visa expandir o acesso físico à educação

Actividades Extracurriculares (3,34% do orçamento):

- Jogos desportivos escolares (850.000 MT) promovem o desenvolvimento integral dos alunos

Indicadores de Desempenho Esperados

Para o sector da educação estão previstas as seguintes metas:

- Aumento significativo do corpo docente através da contratação de alfabetizadores e novos professores
- Melhoria da qualidade educacional através da capacitação de professores e supervisão pedagógica
- Expansão do acesso através da construção de novas salas de aula
- Fortalecimento da gestão escolar através da revitalização de comités

3.2 Sector da Saúde

O investimento no sector da saúde é essencial para garantir o bem-estar físico e mental da população e, por consequência, para a produtividade e coesão social do distrito. As despesas neste domínio geralmente incluem a construção, ampliação e manutenção de unidades sanitárias, aquisição de medicamentos e equipamentos médicos, formação e remuneração de profissionais de saúde, bem como a implementação de programas de prevenção e controlo de doenças. Um sistema de saúde eficaz e acessível assegura o atendimento às necessidades básicas da população, reduz a taxa de mortalidade, melhora os indicadores de saúde pública e fortalece a resiliência comunitária diante de emergências sanitárias. A saúde pública, assim, constitui um dos alicerces para o desenvolvimento sustentável e para a dignidade humana.

Orçamento e Fontes de Financiamento

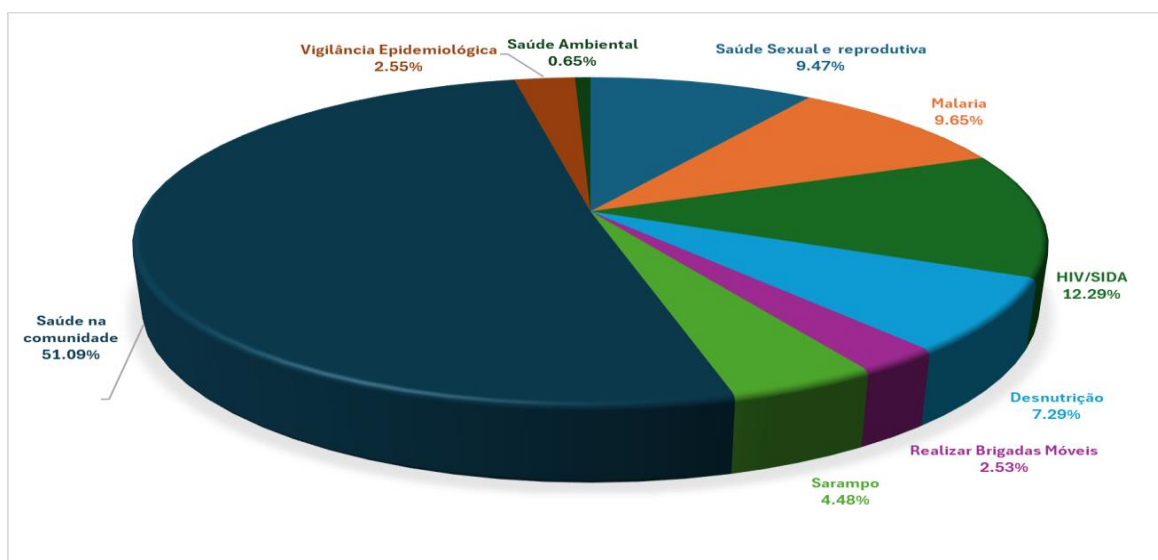
Para o sector da saúde, o PESOD 2025 prevê um orçamento de aproximadamente 2.154.650,00 (dois milhões e cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta meticais) para financiar as suas acções, com os fundos provenientes das seguintes fontes:

Tabela 4: Distribuição por Fonte de Financiamento:

Fonte	Valor (1000 MT)	Percentagem
OE e Parceiros	1.009,00	46,82%
Orçamento do Estado (OE)	845,85	39,26%
ADPP-Malária	180,00	8,35%
IFPP	27,90	1,29%
TOTAL	2.154,65	100,00%

Estes montantes alocados para o sector de saúde financiam às seguintes componentes do sector, contempladas no PESOD 2025 ilustrados no gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5: Componentes de Sector de Saúde



As acções prioritárias previstas para a realização do respectivo objectivo estratégico no sector da saúde compreendem as seguintes, listadas na tabela 4 abaixo:

Tabela 5: Acções do Sector da Saúde Saúde

Programa prioritário 1.1 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade							
Objectivo Estratégico: Expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde							
Ord.	Acção Planificada	Período de execução				Orçamento em 10 ³	Fonte de Financiamento
		I	II	III	IV		
32	Realizar Formação das enfermeiras de SMI em matéria de reconhecimento precoce de sinais e sintomas da gravidez, partos, CACUM e PF	X				132	OE
33	Divulgação de mensagens sobre abertura de fichas de 1 ^a CPN, TARV E CACUM (Spots) usando a Rádio local	X	X	X	X	72	OE

Total da Saúde Sexual e Reprodutiva						204	
Malária							
34	Realizar encontros Multissectorial da Malária	x	x	x	X	27.9	IFPP
35	Realizar avaliação de qualidade de dados da Malária	x	x	x	X	180	ADPP-Malária
Total de Malária						207.9	
HIV/SIDA							
36	Realizar Tutoria Clinica nas US		x			120	OE
37	Capacitar técnicos de saúde em matéria de Carga Viral, Falência Terapêutica e elegibilidade de TPI		x			144.8	OE
Total do HIV/SIDA						264.8	
Desnutrição							
38	Formar APS em matéria de rastreio precoce de Desnutrição na comunidade			x		157	OE
Total da Desnutrição						157	
Brigadas Moveis							
41	Realizar Brigadas Móveis	x	X	x	x	54.45	OE
Total de Brigadas Moveis						54.45	
Sarampo							
44	Realizar supervisão e apoio técnico e busca activa dos casos de PFA Sarampo/TNN as US	x	x	x	X	96.6	OE
Total do Sarampo						96.6	
Saúde na comunidade							
45	Realizar dias mensais de saúde	x	x	x	X	625.7	OE/Parceiros
46	Mapear e certificar famílias modelos	x	x	x	x	475.2	OE/Parceiros
Total de saúde na comunidade						1100.9	
Vigilância Epidemiológica							
47	Realizar encontros Multissectorial de COE	x	x	x	X	28	OE
43	Capacitar funcionários em Matéria de DNO			x		27	OE
Total da Vigilância Epidemiológica						55	

Saúde Ambiental							
50	Colher amostra de Água nos pontos estratégicos	x	x	x	X	14	OE
Total de Saude Ambiental						14	
Total do Sector						2154.65	

A análise da tabela acima, ilustra que a maior alocação orçamental entre estas categorias, está na categoria “Saúde na Comunidade”, com um total de 1.100.900,00 meticais (um milhão e cem mil e novecentos meticais). Este montante destina-se a ações como realização de dias mensais de saúde e mapeamento e certificação de famílias modelo, demonstrando um forte investimento em intervenções de base comunitária. Este investimento é direcionado a atividades como dias mensais de saúde e certificação de famílias modelo, o que evidencia uma estratégia centrada na promoção da saúde preventiva e na capacitação da população como agente ativa no cuidado com a saúde. Esta abordagem tende a ter um forte impacto positivo, ao aumentar a literacia em saúde, reduzir a pressão sobre unidades sanitárias e contribuir para mudanças sustentáveis de comportamento nas comunidades.

Seguida da categoria o HIV/SIDA, com um total de 264.800,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e oitocentos meticais), refletindo o esforço para melhorar a resposta clínica e fortalecer a capacidade técnica nas unidades sanitárias. Esta priorização sugere a preocupação com a qualidade do tratamento e a continuidade dos cuidados aos pacientes seropositivos.

A área da Malária, com um orçamento de 207.900,00 (duzentos e sete mil e novecentos meticais), concentra os investimentos em ações de coordenação multissetorial e avaliação de dados, sinalizando uma abordagem orientada à gestão estratégica e à eficácia programática. Apesar da sua relevância epidemiológica, a execução não parece focada em intervenções operacionais massivas.

A Saúde Sexual e Reprodutiva, com 204 mil Meticais, apresenta o menor orçamento, sendo voltada principalmente à capacitação das enfermeiras e à divulgação de mensagens educativas através da rádio. Ainda que essas ações sejam fundamentais, a proporção orçamental relativamente menor pode limitar o alcance prático das intervenções num contexto de elevada vulnerabilidade materno-infantil.

A Desnutrição também aparece com destaque, com 157 mil Meticais alocados à formação de agentes de saúde comunitária, o que reforça a atenção dada ao combate à insegurança alimentar e aos impactos da má nutrição infantil — um problema estrutural que afeta o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, com consequências a longo prazo para o capital humano do país.

Por outro lado, áreas como Saúde Ambiental (14 mil Meticais) e Vigilância Epidemiológica (55 mil Meticais) apresentam baixa alocação orçamental, o que pode limitar a capacidade de prevenir surtos e monitorar riscos ambientais. Embora menos visíveis no curto prazo, essas áreas são fundamentais para evitar crises de saúde pública, como epidemias causadas por doenças transmitidas pela água ou falhas na resposta rápida a novos focos infecciosos.

A priorização observada reflete, uma estratégia de curto e médio prazo voltada para o

empoderamento comunitário, com grande potencial de impacto positivo na melhoria do acesso e uso consciente dos serviços de saúde. No entanto, a subpriorização de componentes estruturais como saúde ambiental e vigilância epidemiológica pode representar um risco futuro, especialmente diante de eventos climáticos extremos ou surtos emergentes.

3.3 Sector de Água e Saneamento

O sector de abastecimento de água e saneamento tem um impacto directo e significativo na saúde pública e na qualidade de vida das populações. As despesas deste domínio englobam geralmente a construção e manutenção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, instalação de infraestruturas de esgotamento sanitário, fossas sépticas e unidades de tratamento de resíduos líquidos, além de campanhas de sensibilização sobre higiene e uso seguro da água. O acesso universal e seguro à água potável e ao saneamento adequado contribui para a prevenção de doenças de origem hídrica, como diarreias e cólera, reduzindo consideravelmente a pressão sobre os serviços de saúde.

Enquadramento Estratégico

O sector de água e saneamento insere-se no Pilar III - "Infraestruturas Económicas", com o objectivo estratégico de desenvolver infraestruturas essenciais e promover um desenvolvimento territorial sustentável e equitativo, integrando infraestrutura, ordenamento urbano e rural, gestão ambiental eficiente, garantindo a inclusão e equidade no acesso a serviços públicos e uma organização territorial eficaz, visando melhorar a qualidade de vida de todas as comunidades e impulsionar um crescimento económico inclusivo e resiliente, com respeito aos limites ambientais e promoção da coesão social.

Orçamento e Análise Comparativa

Para o sector da água e saneamento do distrito de Moma, o PESOD 2025 prevê um orçamento de 28.000.000,00 MT (vinte e oito milhões de meticais) para financiar as suas acções.

Todo esse montante é proveniente exclusivamente do Orçamento do Estado e Parceiros em 100%, reflectindo um investimento integral no sector de água e saneamento do distrito.

Gráfico 4: Distribuição Orçamental por Actividades:

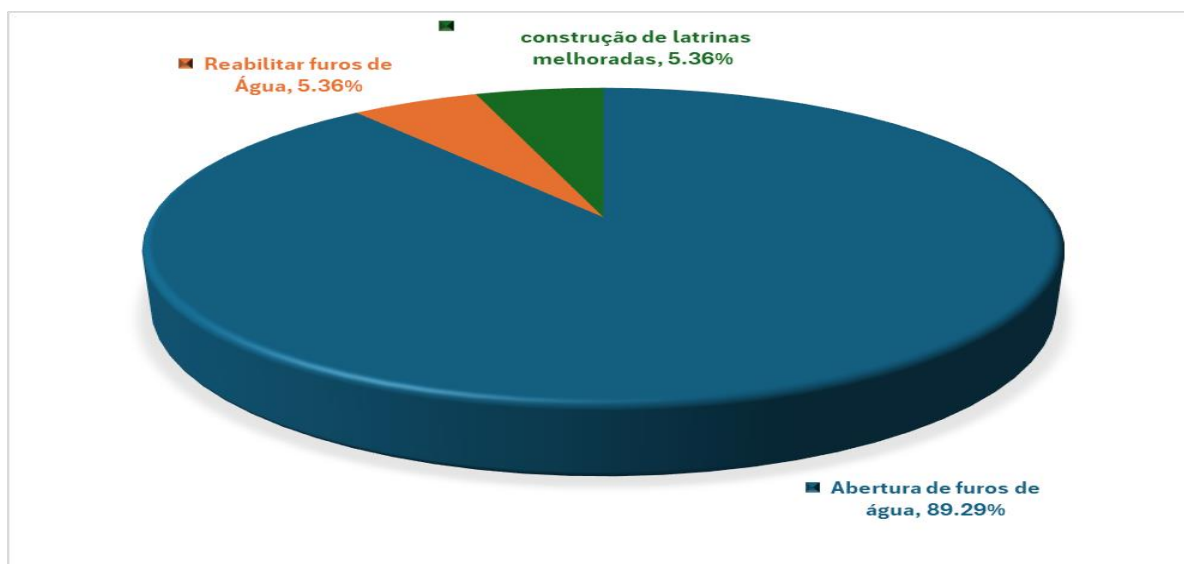


Tabela 1.4: Ações do Sector de água e saneamento

Programa Prioritário 3.1 - Infra-estruturas Económicas							
Ord	Acção Planificada	Período de execução				Orçamento em 10 ³	Fonte de Financiamento
		I	II	III	IV		
1	Abertura de furos de água			x	X	25000	O.E e Parceiros
Total Abertura de furos de Água						25000	
Reabilitação de Furos de Agua							
2	Reabilitar furos de Água nas Zonas Rurais			x	X	1500	OE e Parceiros
Total para Reabilitação de Furos de Agua						1500	
Construção de latrinas							
3	Promover a construção de latrinas tradicionais melhoradas			x	x	1500	OE e Parceiros
Total para a Construção de latrinas						1500	
Total do Sector						28000	

Em 2024 taxa de cobertura de Abastecimento de água no Distrito é de 33,8%, servindo 129.911 habitantes, contudo espera-se que a taxa de cobertura em 2025 passe para 38,9 %, registando um crescimento de 15%.

A tabela mostra que a maior parte do orçamento do sector de água e saneamento (89.29%) foi alocada à abertura de 50 furos de água, totalizando 25.000.000 (vinte e cinco milhões de meticais) contra 30 em 2024. Em contraste, apenas 1.500 (um milhão e quinhentos mil

meticais) foram destinados à reabilitação de furos existentes e outros 1.500 (um milhão e quinhentos mil meticais) à promoção de latrinas tradicionais melhoradas, que mantem as mesmas metas com o ano de 2024.

Esta priorização tem um impacto directo e relevante na sociedade, especialmente em zonas com acesso limitado à água potável. Ao investir fortemente na abertura de novos furos, o programa busca aumentar a cobertura de abastecimento de água, o que contribui para a redução de doenças hídricas, melhoria da saúde pública e alívio do trabalho doméstico, principalmente para mulheres e crianças.

Contudo, a baixa alocação para saneamento e reabilitação de infraestruturas existentes pode limitar os ganhos de longo prazo, já que o saneamento é essencial para prevenir surtos de doenças e garantir a sustentabilidade das melhorias

4 ACÇÕES APROVADAS NO PESOD QUE NÃO FORAM FINANCIADAS

Nr. De Ordem	Acção Planificada	Período de execução			
		I	II	III	IV
01	Abrir escolas primárias	X			
02	Requalificar escolas primárias para Básicas	X			
03	Inscrever e matricular alunos novos Ingressos 1ª, 7ª e 11ª Classes.	X			
05	Realizar Despiste activo de TB	x	x	x	x
06	Realizar divulgação SEAJ e VBG nas Escolas	x	x	x	x
07	Distribuir medicamentos e insumos básicos para todas US's	x	x	x	x
08	Realizar campanha de doação de sangue	x	x	x	x
09	Expandir os serviços de banco de sangue	x			
10	Realizar inspecções sanitárias educativas	x	x	x	x
12	Realizar acções de educação pública sobre os direitos da criança	x	x	x	x
		x	x	x	x
13	Realizar acções de apoio, educação, reabilitação psicossocial e reintegração da criança em situação difícil.		x	x	
		x	x	x	x
		x	x	x	x

		X			
					X
14	Promover a criação de Centros Infantis e Escolinhas comunitárias para o atendimento da criança dos 2-5 anos	x			
		x			

Impacto das Actividades Não Financiadas

Sector da Educação:

- Expansão da rede escolar comprometida pela falta de financiamento para abertura de novas escolas
- Melhoria da qualidade limitada sem requalificação de escolas primárias
- Educação pré-escolar sem desenvolvimento devido à não criação de centros infantis

Sector da Saúde:

- Controlo da tuberculose prejudicado pela ausência de programas de despiste activo
- Disponibilidade de medicamentos não garantida em todas as unidades sanitárias
- Serviços de hemoterapia sem expansão necessária

Acção Social:

- Protecção da criança limitada pela falta de programas específicos
- Direitos humanos sem promoção adequada

Recomendações para Advocacia

As OCBs e OSCs devem:

1. Mobilizar a comunidade para sensibilizar sobre a importância das actividades não financiadas
2. Documentar necessidades específicas através de estudos comunitários
3. Estabelecer parcerias com organizações nacionais e internacionais para financiamento alternativo
4. Apresentar propostas técnicas bem fundamentadas às autoridades distritais
5. Monitorar oportunidades de financiamento em programas futuros
6. Advocar junto dos decisores sobre o impacto da falta desses serviços nas comunidades

5 MONITORIA DO ORÇAMENTO

A monitoria do orçamento refere-se ao processo sistemático de colecta, sistematização e análise de dados sobre a execução orçamentária durante um determinado período. O

objetivo é verificar até que ponto as acções e projectos inscritos no PESOD foram efectivamente realizados, além de identificar as razões para eventuais desvios ou falhas na execução. Com a finalidade de garantir a transparência e a responsabilização na gestão pública, ao permitir que os cidadãos e organizações acompanhem a execução dos recursos, promovendo uma governança mais participativa atendendo às necessidades da comunidade.

5.1 Papel dos Cidadãos e Organizações na Monitoria

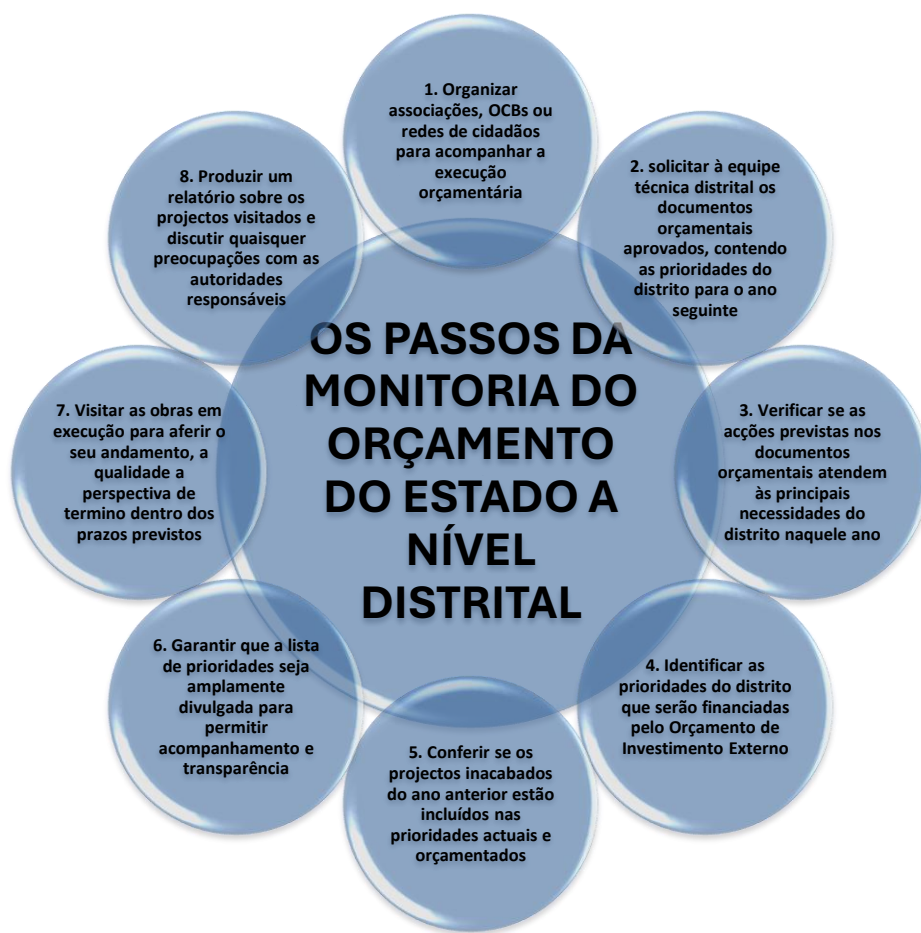
Os cidadãos, OCBs e as OSCs podem, com base no Relatório de Balanço do PESOD, avaliar se as actividades desenvolvidas cumprem com as seguintes premissas:

1. **Conformidade Orçamentária:** Verificar se as actividades estão sendo realizadas dentro do orçamento previsto, assegurando que há cabimento orçamental.
2. **Cumprimento de Prazos:** Avaliar se as actividades foram realizadas dentro dos prazos estipulados no PESOD.
3. **Alinhamento de Resultados:** Comparar os resultados ou produtos alcançados com o que foi originalmente previsto no PESOD.

A Secretaria Distrital elabora relatórios trimestrais de balanço do PESOD, que são instrumentos importantes de prestação de contas, servindo de base para os cidadãos analisarem o nível de cumprimento do plano aprovado.

5.2 Como fazer a monitoria do Orçamento?

A figura abaixo mostra os oito (8) principais passos através dos quais se pode fazer a monitoria do orçamento do Estado a nível do distrito.



5.3 Relevância de Cada Passo

- 1º. A organização em grupos fortalece a capacidade de monitoria e a representatividade das comunidades na fiscalização do orçamento.
- 2º. Ter acesso aos documentos orçamentais é importante para uma análise precisa e fundamentada.
- 3º. Verificar a correspondência entre as ações aprovadas e as necessidades do distrito garante que o orçamento atenda às reais demandas locais.
- 4º. Conhecer as prioridades financiadas externamente ajuda a entender a origem dos recursos e a aplicação correcta.
- 5º. Garantir a continuidade de projectos evita desperdícios e assegura o avanço das iniciativas distritais.
- 6º. A divulgação permite que a comunidade esteja informada e possa acompanhar de forma activa a execução orçamentária.
- 7º. As visitas proporcionam uma avaliação directa e concreta da execução dos projectos.
- 8º. Os relatórios são ferramentas essenciais para documentar o andamento dos projectos e discutir melhorias com as autoridades.

Assim sendo, a participação activa dos cidadãos e das organizações locais garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma transparente, eficiente e alinhada às necessidades da comunidade.

Ferramentas de Apoio à Monitoria

Para facilitar o processo de monitoria, recomenda-se:

1. **Calendário de Monitoria:** Cronograma das principais actividades de acompanhamento
2. **Fichas de Verificação:** Formulários padronizados para recolha de informação
3. **Indicadores de Progresso:** Métricas específicas para cada sector
4. **Sistema de Comunicação:** Canais directos com as autoridades distritais
5. **Documentação Fotográfica:** Evidências visuais do progresso das obras

6 CONCLUSÃO

O Orçamento Cidadão do Distrito de Moma 2025 demonstra um compromisso substancial com o desenvolvimento humano e social, com um orçamento total de 1.120.966.930,00 MT que representa um crescimento de 32,36% em relação a 2024. Esta expansão orçamental reflecte uma aposta estratégica no bem-estar da população e no fortalecimento dos serviços básicos essenciais.

A distribuição sectorial revela prioridades claras: o sector de água e saneamento lidera com 50,3% do orçamento dos sectores prioritários (28.000.000,00 MT), seguido pela educação com 45,8% (25.451.720,00 MT) e saúde com 3,9% (2.154.650,00 MT). Esta estrutura de investimento evidencia o compromisso com a melhoria das condições básicas de vida, especialmente no acesso à água potável.

A participação activa dos cidadãos na monitoria da execução orçamental é fundamental para assegurar que os recursos sejam utilizados de forma transparente, eficiente e alinhada às necessidades reais das comunidades. Os oito passos da monitoria orçamental fornecem um roteiro prático para o exercício da cidadania fiscalizadora.

O sucesso na implementação deste orçamento dependerá da coordenação eficaz entre todos os actores, da manutenção da transparência na gestão dos recursos e do compromisso contínuo com o desenvolvimento participativo e inclusivo do Distrito de Moma